



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos dezessete (17) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte (2020), às quinze horas (15h00), através de vídeo conferência pelo endereço eletrônico: < <https://zoom.us/j/94697516729?pwd=Uk1SL0ZOWE9sNmFYdnJDWxVscGpYUT09>, ID da reunião: 946 9751 6729, Senha de acesso: 431589, foi iniciada a décima terceira Reunião de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Pandemia COVID-19 e Medidas Governamentais; Dados Epidemiológicos da Pandemia COVID-19; Regulação (Dados sobre a Ocupação de Leitos na Rede Hospitalar do Estado do Amapá). Foi feita a abertura da reunião pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde – Judiciário, com a verificação dos participantes presentes na sala virtual: Sr. Leonardo Hernandez Santos Soares, Juiz Federal Titular da 5.ª Vara Federal – Juizado Especial Federal Cível **Sra. Alcilene Furtado**, Sindicato de Enfermagem e Trabalhadores da Saúde do Amapá (Sindsaúde); **Sr. André Bica**, do Ministério Público Federal (MPF); **Sr. Eliezir Viterbino**, FECOMÉRCIO; **Sr. Patricio Almeida**, da Secretária de Estado da Saúde; **Sr. Andreia Costa**, do Conselho Regional de Farmácia (CRF); **Sra. Aline Almeida**, Juíza Titular da 1.ª Vara da Comarca de Santana; **Sr. Eduardo Serra**, do Ministério Público do Trabalho (MPT); **Sra Gisela Cezimba**, da Secretaria Municipal de Saúde – Macapá (SEMSA); **Sr. Idelfonso Silva**, do Conselho Estadual de Saúde (CES); **Sra. Marielle Rosário**, Procuradoria Geral do Município de Macapá (PROGEM); **Sr. Alcedir Rigelli**, do Hospital São Camilo; **Ronaldo Dantas Melo** do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Maribel Smith**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sra. Larissa Oliveira**, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AP); **Sra. Sílvia Elena Dias Martuchi**, representante da Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP); **Sra. Maracy Andrade**, do Conselho Regional de Medicina (CRM); **Sra. Sílvia Elena Dias Martuchi**, representante da Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP). **Sr. Weber Penafort**, do Ministério Público do Estado do Amapá (MPE); **Sr. Diogo Rogers**, do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Amapá (COSEMS/AP); **Sra. Rodrigo Pimentel**, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Ausentes de forma justificada, a Sr. Juan, Secretário Estadual de Saúde. Após a apresentação da pauta e dos

alberto

Juan



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

esclarecimentos iniciais pelo Desembargador Carlos Tork, a reunião iniciou-se com exposição da Dra. Gisela que destacou que houve aumento significativo no número de atendimento, que no sábado e domingo ocorreu queda, porém desde a segunda feira dia 19 e com o apagão ocorreu aumento no atendimento e que ainda continua alto, informou que todos as Ubs's de atendimento a covid, que possuem gerador 24 horas, que durante o apagão o atendimento não foi suspenso, que foi mantida toda a estrutura. O Presidente do Comitê questionou sobre o abastecimento de medicação. Em resposta a Sra. Gisela informou que a secretaria sempre teve estoque dos medicamentos, e com o aumento realizaram nova compra de medicamento e não há falta de medicação. O Des. Tork perguntou como tem ocorrido a transferência dos pacientes mais graves. Em resposta a Sra. Gisela informa que durante o apagão tiveram dificuldade de comunicação, mas foi normalizada. Na sequencia utilizando-se da ferramenta "bate-papo", o Sr. Leonardo pergunta se as vacinas da UBS pacoval da campanha do sarampo por exemplo. foram perdidas? Sra. Gisela respondeu: que não houve grande perda de vacina, que o município quando se deu conta do apagão conseguiu transferir e conservar as vacinas. Dando Continuidade a Sra. Maribel pergunta se esta sendo avaliada as famílias dos pacientes com sintomas da covid-19 e se há o registro do tempo do início da doença? Em resposta a sra. Gisela informou que no começo não houve esse acompanhamento mas hoje está sendo realizada essa estratégia, e que as novas formas de teste rápido está sendo mais efetivo com margem para detectar no começo a doença já sendo orientado para fazer isolamento, encerrando sua apresentação. Passou-se para segundo ponto de pauta apresentado pelo Sr. Patricio Parecer Técnico Cientifico nº 36, informou que Dra. Iracilda esta participando de encontro do Ministério da Saúde, ressaltou que há uma tendência de crescimento da semana 44 para a semana 47, que o estado continua com baixo crescimento de letalidade. E que o atendimento precoce está sendo efetivo no estado como confirma os dados de recuperados no gráfico apresentado, que a taxa de contaminação e fator de reprodução da doença está alta em todos os municípios do estado e reiterou a necessidade do atendimento precoce, e que aumentou o número de atendimento e de receitas, e que houve o aumento de número de leitos, que o estado ainda permanece entre as taxas de menor letalidade de 1,42%, que o atendimento precoce esta contando com o papel, percentual de recuperação é bem acima da media do restante do país, encerrou destacando a manutenção das medidas de prevenção coletiva para o controle da covid-19 e proibição de qualquer evento com aglomeração

at. Paulo

Tork



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

excessiva de pessoas, de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas, com a permanência das medidas que orientem sobre o distanciamento social, os cuidados de proteção individual e coletiva, e o atendimento das normas higiênico-sanitárias, considerando o aumento no número de casos da doença nesses últimos cinco dias consecutivos no estado do Amapá. Na sequência o presidente do Comitê passou palavra ao Dr. Ronaldo que comentou sobre o apagão e suas consequências no aumento da covid-19, tanto a mudança no comportamento da população que diminuiu drasticamente a procura nos hospitais, quanto a manutenção dos dados epidemiológicos que devido ao apagão houver um atraso nos dados. Em continuação o Presidente do Comitê ponderou e ressaltou sua preocupação com a desativação de centro de atendimento a covid, que diante do crescimento dos casos e que a tendência de aumento, se ha estudo para ativar centro de covid e qual prazo para reativar? Em resposta Dra Maracy informou programaram junto a secretaria do município e tentaram regular fluxo e conforme for aumentando o atendimento estão mobilizando aumento de leito no HU e que dessa forma tem conseguido dar vazão a demanda. Dada palavra a Sra. Silvia que fez três considerações: sobre o apagão e a aglomeração das pessoas por busca de suas necessidades, sobre a parte geográfica que mesmo Macapá estando em bandeira vermelha está rodeada por bandeira roxa. E por último considerou o adiamento da eleição, com isso pensa que deve ser analisado com cuidado a situação da bandeira vermelha em Macapá. Na ferramenta bate-papo o Sr. André Bica – PR/AP pergunta: “Gostaria de indagar se existe alguma informação sobre se haverá renovação de contrato pelo Ministério da Saúde dos profissionais que atuam no HU”. Maracy disse que essa informação esta sendo tratada com superintendente do Ministério da saúde, pois o prazo do contrato esta encerrando. Idelfonso pediu palavra solicita que aprove recomendação que acelere processo de reativação do hospital de campanha da covid, que todas medidas foram tomadas, mas a população não se cuidou, pois tinham pensamento que não iria voltar, que a sesa deve montar o hospital de campanha, em relação. Desembargador Carlos Tork disse que poderiam recomendar a reativação do Hospital de Campanha para atendimento da Covid, porém ponderou sobre os gastos e trata-se de atribuição do gestor. Na sequência o procurador do estado na ferramenta bate-papo se manifestou: “pge-ap se manifesta contrariamente à recomendação, visto que entendemos que o comitê não possui atribuição legal para isso”. Com a palavra a Dra. Maracy explica que há preocupação em reabrir os hospitais porém o estado ainda não vê essa necessidade. E sobre os contratos as tratativas

M. B. B. B.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

estão sendo para ser renovados. Na oportunidade o Des. Carlos Tork pergunta se há um estudo efetivo para tomar decisão de retomar os hospitais de campanha e ampliar os leitos. O Sr Patrício explica que com o aumento já se observa a necessidade de mais leitos, porém não há como fazer essa solicitação ao poder público sem uma prova concreta. E que no momento entende que a como maior necessidade seja de ampliar o atendimento precoce. Presidente do comitê ressaltou que não estão tranquilos com aumento do número de casos e sugeriu que o Sr. Juan apresente plano de ação com abertura de novos leitos e que a partir da apresentação e análise farão ou não recomendação, sempre primando pelo diálogo técnico. Desembargador informou que a reunião mudou de segunda-feira para terça-feira e que deve ser mantida e convidou para a próxima no dia 24 de novembro para ouvir o secretário de saúde do estado Sr. Juan. Agradeceu a colaboração de todos e encerrou a reunião.

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado *Machado*,
Secretaria executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada
após aprovação por todos.


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus